



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL

PELO DIREITO À CIDADE DE ANANINDEUA

INTRODUÇÃO

O Partido Socialismo e Liberdade – Psol, através das suas candidaturas, a prefeito, Beto Andrade e a sua vice, Andrea Salustiano apresentam à população de Ananindeua o Programa Municipal de Governo deste partido. Objetiva apresentar as principais ideias do Psol que sirvam de base aos debates e contribuições ao longo da campanha eleitoral, assim que esta esteja efetivamente oficializada, conforme as resoluções do TSE 2016.

O Programa em sua construção contem 16 eixos temáticos colocados na forma de diretrizes e levantamentos de propostas de políticas públicas a serem profundadas durante os debates com as comunidades. É também uma forma de orientar qualitativamente as propostas dos candidatos do Psol na disputa eleitoral de 2016 fundamentadas na ideia que: **Todos (as) Têm Direito à Cidade.**

A cidade de Ananindeua como outras do perfil da Região Metropolitana de Belém - RMB, é concebida em “um campo de disputas e de lutas entre diferentes grupos, político, econômico e social, sendo a vida em comunidade possibilitada por este espaço de contradições que não impede as lutas, mas, as potencializa” (LEFEVRE, 2009). Assim o Direito à Cidade é uma ação dinâmica pela busca permanente por conquistas sociais, democráticas e econômicas que o Psol está à frente para protagonizá-las em sua contribuição no espaço da RMB, dado que interessa promover uma articulação com Belém.

O Psol compreende na articulação com a RMB, Ananindeua possui duas relações distintas que os indivíduos e os grupos sociais estabelecem com o território em que vivem: a) aqueles que o concebem exclusivamente como o local da reprodução da vida social, utilizando-o para moradia, acesso como direito ao lazer, trabalho, acessibilidade, cultura, saúde, educação, segurança, infra - estrutura, as suas diversidades existentes, como: mulheres , negros, religiosos e LGBTs, juventude e idosos. Nestes aspectos estão lhe conferindo, dinamicamente, um valor de uso, necessariamente buscando conquistar o seu Direito ao Espaço da Cidade, entretanto, b) há aqueles que, além destas funções básicas, procuram extrair do território tipo de riqueza produzida socialmente, e conferem-lhe essencialmente um valor de troca e ainda agem

para excluir direitos, sintonizados com a uma lógica perversa da política âmbito nacional.

O valor de troca e de exclusão nessa acepção passa por um processo da mercantilização do espaço produzido pela sociedade (Villaça,1998) e através do qual no caso de Ananindeua, alguns grupos políticos e específicos de empresários que tem ocupado espaço no governo municipal se apropriam da riqueza gerada, caso da especulação imobiliária, da infra estrutura da cidade em velada promiscuidade com o poder executivo, e dos mercados que parecem agir livremente, de um modo geral. Sendo isto um perfil político e econômico da cidade de Ananindeua.

Nessas ideias, o Psol por meio de seus representantes na disputa do campo eleitoral de 2016, oferece uma proposta de programa de governo à sociedade, baseado no respeito a princípios éticos e democráticos e inspirados na possibilidade de viabilizar o Programa Democrático e Popular, constituído de políticas protagonizadas pelo movimento social combativo e dos partidos de esquerda de âmbito nacional. O programa do Psol, assim, inspira-se nas ações democráticas em sintonia com as de âmbito nacional.

No âmbito local nosso Programa inspira-se nos resultados de vários seminários temáticos promovidos pelo partido e das Rodas de Conversas ocorridas nos bairros de Ananindeua. Estas Rodas de Conversa têm servido de reuniões de escuta de parte da população que estimularam a elaboração dos eixos apresentados neste programa de governo, cuja metodologia, deveu-se ao acolhimento de proposta de políticas públicas que visassem a superação dos problemas crônicos e estruturais que têm inibido o desenvolvimento sócio-espacial e econômico da cidade.

As Rodas de Conversa apontaram que devem ocorrer mudanças na vida da população por meio da implementação das políticas públicas avançadas e democráticas como reação imediata às ações do atual governo e para a maioria dos cerca de 500 mil moradores de Ananindeua.

O Psol oferece neste programa de governo a reafirmação que mudanças operadas na sociedade são necessárias e possíveis, mas, na medida que um

modelo de gestão pública escolhido pelo povo seja a nosso. Sabemos que o governo de perfil conservador adotado pelo atual prefeito da cidade, pouco se importará com as linhas desta proposta porque age na linha de atendimento aos interesses limitados a favorecimentos privados, de pouca feição a do interesse público, quando trata das obras, maquia, dizendo que está atendendo as necessidades da população

O Programa do Psol avalia que o grupo do atual prefeito que já governa há mais de 13 anos a cidade, fundamenta-se a aplicar ações neoliberais, ou seja, distanciadas dos anseios por uma vida com qualidade reais e de inclusão social da grande maioria da população. O atual governo abraçou a políticas da extração de riquezas mais pelos interesses empresariais, do grande comércio, dos proprietários de usinas de asfalto e par facilitar os conchavos futuristas para sua carreira política pessoal e de seu grupo político.

Estamos afirmando que o atual prefeito tem esta marca e que nossos representantes ao poder executivo pedirão à população sua saída e pedindo uma alternativa real de mudanças que passa pela votação nos candidatos (as) do Psol. Nossos vereadores (as) eleitos ajudarão a fiscalizar e exercer formas seguras e democráticas de controle das ações do nosso governo previstas neste programa. Por isso, este programa representa oposição ao projeto de poder praticado pela atual gestão conservadora.

Portanto, os eixos temáticos e as diretrizes do programa são resultados de conversas, escutas, encontros e seminários realizados com a militância e pré – candidatos (as) do Psol, desde 2015. O conjunto de diretrizes seguidas das por propostas, não estão prontas e acabadas, melhor, propõem contínua elaboração a receber outras a serem apreciadas e definidas até final da campanha. Psol lutará por meio dessas ideias para ser o seu protagonista. Leiam e nos ajudem a governar este município com base nas linhas deste programa **Pelo Direito à Cidade**.

1- ALGUNS ELEMENTOS DA CARACTERIZAÇÃO DE ANAINIDEUA

A população de Ananindeua está estimada em quase 500 mil habitantes dos quais, 54% são mulheres. Produto Interno Bruto - PIB equivalente a 4.155.795 (2012) Mas, uma taxa de homicídio (por 100 mil hab.) 125,67 , sendo a maior de toda a RMB (Belém 45,59 e Marituba 70). Estas ocorrências estão localizadas na segunda cidade maior do Estado do Pará e o terceiro da Região Amazônica (IBGE, 2014).

O nome Ananindeua é de origem Tupi Guarani, deve-se a grande quantidade de árvore chamada Anani, árvore que produz a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações. A cidade é originária de ribeirinhos, começou a ser povoada a partir da antiga Estrada de Ferro de Bragança.

Originalmente considerada "cidade dormitório" porque seus moradores passam mais tempo do dia no centro de Belém e voltam para descansarem em Ananindeua. Neste aspecto apresenta considerável desenvolvimento nos últimos anos, decorrente da falta de espaço para a construção de novas moradias em Belém.

Teve seu maior incremento populacional a partir da construção da BR-010 (Belém-Brasília) na década de 1960, na qual as indústrias localizadas em Belém começaram a se estabelecer ao longo desta rodovia.

Na década de 1970, inicia a construção do primeiro conjunto habitacional Cidade Nova, programa de habitação de âmbito Federal, sob responsabilidade da Companhia Habitação do Estado do Pará (COHAB) foi uma espécie de ordenamento da periferia. A área foi adquirida aos poucos, pertencia em sua maioria a japoneses e nordestinos, que possuíam hortas e granjas, a COHAB comprou os terrenos e foram inauguradas as Cidades Novas I a IX.

Depois foi inaugurado o conjunto Guajará, em seguida seria inaugurado o conjunto PAAR (Pará, Amapá, Amazonas e Roraima), no entanto, em sua fase final foi ocupado por populares e por um breve período da história do município foi considerado como a maior ocupação da América Latina, hoje é considerado um conjunto habitacional.

As margens desse processo, surgiram as áreas de ocupação espontâneas, localizadas principalmente próximas aos conjuntos habitacionais, hoje a área continental de Ananindeua concentra mais de 90% da população do município.

A área insular de Ananindeua fica ao norte do município, sendo composta por 9 ilhas, são elas: Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororóca, Sororóca, Sassunema e Guajarina. É formada por inúmeros rios, como o do Maguari, e furos, com o da Bela Vista e das Marinhas, e igarapés

2- EIXOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL

2.1 - Protagonismo Popular e o Espaço de Democratização da Prefeitura

O governo municipal do Psol será exercido com protagonismo popular; isto é quer dizer, utilizando os aparelhos da participação efetiva do povo de forma cotidiana e permanente, propositiva e deliberativa, visando a que se empodere da cidade, da sua historia e de seu futuro. Ao mesmo tempo, a transparência e o combate aos privilégios e à corrupção serão a coluna vertebral; suas ações devem ser visíveis e sujeitas ao controle social, através de mecanismos que impossibilitem as negociatas, as propinas e as diversas formas de corrupção disseminadas nas relações entre o público e o privado. Logo, haverá duas dimensões são articuladas entre si: uma é a relativa à estruturação interna do governo; a outra tem a ver com as instâncias de participação e instalação de plenária e congressos.

O Congresso da Cidade - Em nosso governo, as decisões estratégicas serão aprovadas pelo Congresso da Cidade, conjunto de fóruns populares articulados entre si e organizados de forma a garantir tanto a participação de todos os residentes em Ananindeua interessados e que suas deliberações formais expressem a vontade majoritária do povo, observados os critérios que preservem o interesse publico. Os fóruns populares referidos serão de dois

tipos, além daquele fórum superior que reunirá delegados de toda a cidade: fóruns locais, que reunirão moradores de bairros e localidades específicas; e fóruns setoriais, que reunirão trabalhadores, prestadores de serviços e usuários de setores específicos da administração pública. Em um e outro tipo será garantida a eleição de delegados ao fórum geral.

Modernização Administrativa - A modernização administrativa requerida visa garantir a funcionalidade dos órgãos municipais da administração direta e indireta ao Congresso da Cidade e suas instâncias, a moralização e transparência do uso do dinheiro público, a valorização dos servidores públicos municipais, mas também a eficiência dos serviços e ações prestadas à população. É preciso acabar com privilégios e mordomias com o dinheiro público, reduzir a diferença entre os salários mais altos e os mais baixos, e restringir o uso dos carros oficiais, diárias e outras formas de privilégio. Os cargos em comissão devem ser drasticamente reduzidos. Os servidores concursados têm que ser valorizados, sendo chamados a assumir o protagonismo das políticas públicas e não serem subordinados a cargos de confiança sem conhecimentos técnicos.

2. 2 - O Combate à Corrupção

A democratização e transparência total da utilização dos recursos públicos. acessibilidade universal dos bens e serviços públicos será uma realidade do combate à prática da corrupção. Deve ser aberto um canal de diálogo com os conselhos sociais existentes para potencializar suas finalidades de fiscalização e controle da utilização dos recursos públicos e que seja garantido um processo de diálogo constante entre gestor e representação do povo.

Diante do quadro social, administrativo e político que se encontra Ananindeua, o PSOL apresenta-se como alternativa para estabelecer um sistema de governo que visa organizar as forças populares (Sindicatos, movimentos de bairros, movimentos estudantis e toda massa trabalhadora) em torno das Reformas de Base: ações que aquilatam a vida econômica e social da cidade, tendo como meta a melhoria da qualidade de vida da população, sem corrupção e um governo de participação popular.

2.3- Participação Democrática do Governo.

O primeiro requisito para fazer essas mudanças e tornar realidade as propostas da campanha é a atuação do prefeito e de sua vice, é rejeitarmos o imobilismo, o distanciamento dos políticos dos problemas do povo e a falta de iniciativa para enfrentar as dificuldades. O Prefeito, sua vice e todo o secretariado darão o exemplo de probidade, dinamismo e compromisso que devem servir de parâmetro para os cidadãos de Ananindeua recobrem o orgulho de construir uma das cidades com melhor qualidade de vida no Pará.

A gestão do governo do Psol atuará cobrando resultados em primeiro lugar do próprio governo, sem encobrir eventuais inoperâncias ou a má qualidade no atendimento à população. O governo estará onde os problemas mais graves se apresentem, afastando-se do encastelamento dos gabinetes onde tudo parece perfeito enquanto o povo sofre nas vilas, nos ônibus, com a falta de serviços. Será um governo que saberá buscar o apoio na população para juntos conquistarmos o que a cidade precisa para ser um lugar que prime pelo respeito aos cidadãos, pelos critérios da justiça e da liberdade.

O gabinete do prefeito/vice será o centro crucial do governo, que coordena e dirige o conjunto dos órgãos da prefeitura para realizar o programa eleito nas urnas e as prioridades definidas com o povo. Neste sentido, implantaremos o projeto “Pelo Direto à Cidade que é, socialmente, estratégico na media que o alvo sejam as pessoas atingidas pelas diferentes políticas básicas, acrescentando-lhes qualidade de vida.

O acompanhamento das políticas favoráveis à população é também fiscalizada pelas comissões distritais ou bairros de grande extensão como, PAAR/Cidade Nova/ Curuçambá aos quais os recursos aplicados e seus meios sejam informados e discutidos pelo poder público e sociedade.

Vamos estabelecer momentos de Roda de Conversa na forma de mutirão popular para ouvir as principais demandas da comunidade, temas como segurança pública, oferta de educação inclusiva e atendimento de saúde de qualidade sejam avaliados/diagnosticados pela pessoas. A partir do dia da

avaliação sobre as demandas populares nos bairro, começam as iniciativas pelo poder publico para resolver problemas levantados.

O gabinete da vice prefeita terá uma importante competência, vai coordenar os mutirões da Roda de Conversa, fazendo as secretarias trabalharem junto com a comunidade. Uma comissão fiscalizadora da comunidade vai ser eleita no dia das conversas e seus resultados terão linha direta com o gabinete do prefeito. Em que sentido? Para reclamar se as coisas não estiverem andando. No máximo três meses depois, o prefeito volta ao bairro para prestar contas do que foi feito.

2.4 - Em Favor da Sociedade e da Qualidade do Serviço Público

Os servidores públicos de carreira serão agentes centrais na implementação do projeto Pelo Direito à Cidade, referendado pelo povo nas urnas. Para isso, sabemos que será preciso reconhecer objetivamente a importância e o papel dos servidores públicos neste projeto. Em primeiro lugar vamos investir no quadro de servidores precarizados e garantir diálogo democrático do governo com os servidores, tratando-os como aliados do referido projeto. Servir ao povo de Ananindeua significa respeito às diferentes situações e busca pela qualidade de vida.

- Garantir concurso público com a meta de alcançar 80% de servidores efetivos no município
- Reformulação do Plano de Cargos geral dos servidores, com vistas a garantir valorização aos mesmos;
- Instituição da Data Base de negociações coletivas;
- Garantia de uma política de saúde do trabalhador.

2.5-Desenvolvimento Sócio-Econômico e Territorial

Ainda que o município tenha limites na geração de empregos, o governo municipal pode lançar mão de algumas alternativas para o desenvolvimento de programas de incentivo à produção, à geração de trabalho e renda e à criação

de empregos, possibilitando que milhares de famílias possam sobreviver dignamente. Será criado um órgão de financiamento para micros e pequenos empreendedores, nos moldes do Banco do Povo, implantado em Belém pelo Governo do camarada Edimilson Rodrigues. Esse financiamento será o principal incentivo à criação de cooperativas de produção e/ou comercialização nas periferias da cidade e áreas rurais remanescentes/quilombolas, incluindo cooperativas de hortifrutigranjeiros nos loteamentos não regulares para gerar renda e emprego nessas localidades, criar um cinturão verde da cidade e abastecer os programas alimentares da prefeitura e a população em geral.

Vamos tomar algumas medidas financeiras que são necessárias para garantir objetivos do projeto Pelo Direito à Cidade. Elas têm a ver com a origem e o destino do dinheiro público, sem o qual nada acontece. Sabemos que em 2015, o governo Pioneiro conseguiu gastar mais em publicidade do que todos os investimentos em saúde em favor da população. Neste sentido, tendo por base o respeitado compromisso com a execução do orçamento público aprovado, propomos as seguintes medidas:

- Auditorias públicas das contas e contratos firmados pela prefeitura, a fim de facilitar o controle da probidade e dar transparência às ações do governo municipal;
- Tornar público o banco de dados do orçamento de Ananindeua, com as receitas e despesas da prefeitura, em tempo real;
- Investimentos sociais prioritários nas áreas sociais em detrimento dos gastos com publicidade.
- Os gastos com educação, acessibilidade e inclusão social devem ser mensurados a partir da avaliação, junto aos seus representantes na sociedade;
- Deve ser criado um departamento na esfera do poder público de combate à corrupção, mantidos com recursos da participação com o governo federal. Sabemos que as grandes empresas privadas, também praticam crimes desta natureza e deveremos promover formas de controle mais rígidas.

- Adequar a cobrança do IPTU ajustando-a à capacidade econômica de cada contribuinte. Nossa logica é - paga mais quem tem mais, quem tem menos paga menos e quem não pode pagar tem isenção.

-Subordinar à necessidade de superávit primário para financiamentos, junto às diferentes instituições financeiras, ao atendimento das necessidades da população.

- Melhorar a gestão do gasto, evitando-se que os recursos permaneçam parados no caixa do município, de modo a acelerar a urgente resolução de graves problemas sociais;

- Impedir que recursos federais, disponíveis para o município, sejam desperdiçados devido ao atraso na elaboração dos respectivos projetos por parte da prefeitura;

- Fortalecer a administração tributária, de modo a combater a sonegação e os crimes fiscais, melhorando a arrecadação e tornando-a justa.

- Lutar pelo aumento do teto de cobrança do ISS dos bancos e pela cobrança do ISS dos contratos de leasing na própria cidade em que é realizado o negócio e não na cidade da matriz do banco e mais:

- Criação de camelódromo para evitar pulverizações deste comercio e a organização do comércio em geral, e ordenamento de feiras, comércios informais e mercados, sempre respeitando e dialogando com estes trabalhadores;

- Acessibilidade Universalizada em respeito a deficientes e idosos;

- Revitalização do comércio produtivo;

- Calendários para eventos sociais e culturais;

- Estruturação do Parque Industrial;

- Promover a prestação de serviços por ramo de atividades;

- Promover a criação dos centros comerciais nos bairros;

- Incentivo à criação de micro, pequenas empresas;
- Incentivo de instalação das atuais indústrias para recepcionar a resistente produção rural e das ilhas, especialmente da agricultura familiar;
- Incentivo à criação das cooperativas rurais e comerciais.

2.6- Infra - estrutura da Cidade

A cidade de Ananindeua tem suas particularidades, populacional, geográfica, fluvial e pluvial fatos que não podem ser desprezados quando falarmos em infraestrutura, cuja as fontes de recursos virão, principalmente dos Ministérios, das Cidades, Ministério do Desenvolvimento, CAIXA ECONÔMICA (FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social; repasses do IPVA.

Pavimentação – O Direito à Cidade deveria ser universal, mas é constitucional quanto ao direito de ir e vir, isto será assegurado com absoluta prioridade à população. É inconcebível que o trabalhador (a) que mora a menos de 10 km da pista da BR 316 ou de uma SN na Cidade Nova, tenha que passar mais de uma hora dentro de um ônibus para ir de sua residência ao trabalho ou à escola e vice-versa. Problema ocasionado pela total falta de acesso por trafegabilidade das ruas. Há pessoas que têm que guardar seu carro ou moto na casa de vizinho ou parente, porque a rua de sua casa não permite o acesso para guardar seu próprio meio de transporte E será feito constitucionalmente, com mão-de-obra local sendo uma importante e fundamental forma de gerar trabalho e renda.

Importante destacar que será feito um estudo profundo para saber qual a melhor forma de pavimentação das ruas de Ananindeua, atendendo aos critérios ambientais, economicamente viáveis e socialmente justos. Podemos optar pelo menos por duas formas de pavimentação: asfáltica e bloquete que podem ser aplicadas conforme a situação das ruas.

As ruas principais serão pavimentadas com asfalto e as ruas secundárias pavimentadas com bloquetes para facilitar a absorção da água pelo solo e

amenizar o calor. Pavimentaremos também as áreas rurais com serviço de terraplanagem e não de retirada do material do solo.

Iluminação Pública – Com iniciativas junto à Celpa e governo Federal, devemos atender toda a população com Iluminação pública de boa qualidade. Ocorre que o atual gestor não está tendo a capacidade de resolver este problema, conversando com a empresa Rede Celpa, impondo-lhes limites e atendimento universal e de qualidade. Todas as ruas de Ananindeua terão Iluminação pública.

-Faremos campanha de educação ambiental para manter as ruas limpas e saudáveis;

-Construiremos sanitários públicos em todas as praças com a garantia de sua devida higienização, principalmente em lugares onde se realizam as festas populares.

-Lixeiras serão colocadas nas vias públicas (no centro e nos bairros);

-Será feito o ordenamento dos loteamentos, bem como a identificação de ruas e logradouros públicos e formalizados os títulos de terra;

-Cumprir as leis de acessibilidade, construção de rampas para deficientes físicos e nivelamento dos passeios públicos (calçadas).

-Transporte público coletivo: sistema integrado (estação de transbordo), passe livre para estudantes do ensino fundamental, pontos de ônibus cobertos e devidamente sinalizados.

- Realização de concurso público com a consequente capacitação dos agentes do trânsito do Município, para acabar com o cabide de emprego;

- Estabelecer rodízio de veículos pesados em horários de picos para aliviar o trânsito em horários de maior intensidade de veículos nas ruas;

- Viabilizar o término da construção do anel viário para transferir definitivamente o tráfego pesado do centro da cidade;

- Regularizar o transporte alternativo para áreas de difícil acesso, como Curuçambá, Águas Brancas, Águas Lindas, 40 Horas, Jaderlândia e outros.
- Aumentar em 100% a rede de ciclovias e ciclofaixas.

2.7-Segurança Alimentar e Nutricional

A prefeitura vai promover e executar política de segurança alimentar e nutricional que assegure alimentação saudável em quantidade e qualidade adequadas; política transversal a vários órgãos municipais e que inclui as seguintes medidas: a) ampliar o acesso aos alimentos via mercados populares, valorizando a produção familiar e o padrão orgânico no sistema de compras; b) implementar as ações de orientação nutricional, visando interagir com as culturas alimentares para constituir posturas de promoção da saúde; c) atender de forma diferenciada às populações em áreas de risco para garantir o acesso aos alimentos básicos para quem mais necessita; d) implementar os restaurantes populares com refeições a baixo custo.

2.8-Turismo

O turismo será explorado em seu potencial econômico, de fortalecimento da identidade cultural e de preservação do patrimônio da cidade e suas inúmeras ilhas em plena Região Metropolitana e área quilombola.

As ações de turismo se pautarão na intersetorialidade, visando à valorização da cidade, de elementos da identidade cultural, de vivências e experiências de reencontros e lugares como as áreas protegidas, as áreas protegidas municipais, as praças públicas, e principalmente a região insular, que detém um cinturão verde de biodiversidade e em processo acelerado de urbanização.

Há ainda o imenso potencial de exploração turística e até comercial de nossos rios. Por isso, qualificaremos a prefeitura a buscar recursos para a construção do Porto Municipal.

2.9- Segurança Pública e Direitos Humanos

A política de segurança pública será desenvolvida sem usurpar a prerrogativas e atribuições do governo do estado, esfera constitucionalmente responsável pelas principais medidas do setor, e na perspectiva da defesa e respeito dos direitos humanos e da educação para a paz. O município adotará medidas administrativas para inibir a violência, como a melhoria da iluminação pública, e a promoção e ampliação de vigilância em locais públicos propícios a práticas criminosas; promoverá o aperfeiçoamento da Guarda Municipal para a execução de ações preventivas contra a violência e em defesa dos direitos humanos e buscará o apoio articulado das polícias civil e militar e poder judiciário para seus programas voltados ao desenvolvimento de uma cultura de paz, neste aspecto **criaremos uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, além de avançar no videomonitoramento da cidade e no aumento e melhoria nos pontos de iluminação pública.**

2.10- Moradia, Habitação e Gestão Ambiental

Viver uma cidade melhor é um direito de todo o cidadão e construir condições para que isso aconteça é um compromisso da nova administração da prefeitura do Psol. O planejamento urbano deverá se orientar em dois eixos, o primeiro de garantir o futuro crescimento ordenado e o segundo de planejar cada espaço, de cada bairro, respeitando o espírito de cada lugar. As principais ações serão de reforço da segurança, criação de espaços públicos e dinamização dos existentes com atividades culturais, e execução de obras que facilitem a circulação, e melhoria do transporte coletivo; disciplinamento da expansão urbana e regularização e integração das áreas de ocupações irregulares, com urbanização, construção de habitação de interesse social. A acessibilidade será uma prioridade do planejamento urbano e do paisagismo para o conforto dos pedestres, em particular das pessoas com restrição de mobilidade, como as crianças, idosos, obesos e portadores de necessidades especiais, nos espaços públicos da cidade.

A política habitacional em nosso governo será orientada pela adoção de instrumentos que possibilitem uma urbanização democrática que associem a urbanização com a regularização fundiária dos assentamentos precários mais recentes e daqueles já consolidados, de loteamentos e conjuntos habitacionais.

Tais medidas, além de buscarem soluções para habitação, estarão condicionadas às garantias de habitabilidade com saneamento, infraestrutura viária, acesso aos serviços públicos, transporte, e inserção socioeconômica dos (as) moradores.

A política de meio ambiente para por uma questão de conscientização para se tornar efetiva, pois a base para a questão ambiental é a conscientização da população para a necessidade de preservar, cuidar e conservar o meio ambiente. Faremos isso através de campanhas educativas do Projeto pelo Direito à Cidade:

- Arborizar a cidade por meio de plantar árvores frutíferas e/ou nativa do campo; incentivo fiscal para quem plantar e cuidar de uma árvore para fornecer mudas pelo viveiro de mudas à cidade;

- Lei para reservar uma área de terreno que não pode ser impermeabilizado (calçado/construído) Prioridade pela não pavimentação asfáltica;

Poluição visual: regulamentar o uso do espaço público para propagandas e publicidade em geral;

- Poluição sonora: intensificar a fiscalização contra o uso excessivo de som em veículos de publicidade e particulares; veículos sem descargas; sons de bares, restaurantes, residências e similares.

- Poluição das águas: fiscalização para o cumprimento da lei que proíbe construções a menos de 50m das margens dos rios; tratamento de esgoto, principalmente o que é jogado nos rios da cidade.

- Incentivar à criação de cooperativas para reciclagem/reaproveitamento de lixo; coleta seletiva domiciliar e usina de processamento e industrialização de lixo orgânico

- Manter continuamente equipes de limpeza e manutenção dos espaços públicos em todos os bairros da cidade.

2.11 - Mobilidade Urbana

A prefeitura adotará uma política de mobilidade urbana tanto quanto possível inversa à concepção hegemônica que prioriza o transporte individual, rodoviário e motorizado, com seus efeitos perversos sobre a condição de vida nas cidades. Em Ananindeua, ressalvada a política de transporte pública de âmbito metropolitana, se pautará por uma concepção que respeite profunda e incondicionalmente a vida humana, seja pelas ações de sinalização, de iluminação pública, de construção de vias para o transporte coletivo, de quebra de monopólios de empresas para itinerários seletivos, aos quais, a maioria não tem acesso, de implantação de uma rede cicloviária para trabalhadores e todos os que fazem da bicicleta um veículo para trabalhar ou para passeio.

2.12- Saneamento Básico

Ananindeua está entre os municípios brasileiros com mais baixos índices de abastecimento público de água e de esgotamento sanitário e jamais houve política municipal que vislumbresse sua universalização, motivo pelo qual o nosso governo assumirá a responsabilidade de expandi-los expressivamente, seja pressionando a COSANPA enquanto prestadora privilegiada de serviços de saneamento à prefeitura, seja pela implantação de órgão próprio de saneamento básico.

O Plano Municipal de Saneamento deverá prever, além dessas medidas, a melhoria e expansão da coleta de resíduos sólidos aos bairros e localidades mais distantes de nossa cidade, bem como, a melhoria dos serviços de drenagem e a pavimentação, prevenindo e eliminando os vários pontos de alagamento da cidade.

A cidade também padece com centenas de pontos de despejo de lixo, ao céu aberto, prejudicando moradores ao redor.

A política de saneamento está intimamente ligada à saúde pública, o que torna esta questão um direito e uma necessidade de nossa cidade.

- Criar o Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Ananindeua, que deverá suprir parte do déficit histórico em tratamento de esgoto e disponibilização de água tratada para nossa população;

- Garantir a Coleta Seletiva de Lixo, aumentando em 100% sua capacidade;
- Criar postos de entrega voluntários de lixo reciclável;
- Criar pontos específicos de despejo de entulho e maior agilidade do poder público na captação destes;
- Implementar junto às escolas o Programa de Educação Ambiental ANANINDEUA LIMPA, ANANINDEUA LINDA

2.13- Estimular a Geração de Trabalho, Emprego e Renda

O fomento de uma nova economia na cidade baseada na cooperação e na solidariedade envolvendo os micro e pequenos proprietários, os trabalhadores autônomos, informais e desempregados, estimulando sua auto-organização em empresas coletivas de caráter solidário e cooperativo é base do nosso projeto para desenvolvimento econômico.

A gestão política e econômica exercida diretamente pelos trabalhadores, pela juventude, pelas comunidades populares da sociedade civil trabalhadora é uma velha necessidade que será suprida na nossa gestão do Psol, através de estímulos como:

- Políticas públicas municipais para o turismo sustentável nas áreas de ilhas;
- Incentivar a produção agrícola no município, inclusive para suprir parte da demanda da merenda escolar;
- Projeto municipal de incentivo ao primeiro emprego (com orçamento específico municipal e recursos do estado e da união);
- Revitalizar o Distrito Industrial;
- Desenvolver políticas de incentivo à micro e pequenas empresas;
- Criar uma coordenação específica em um Departamento de Agricultura para promover política de formação e acompanhamento da agricultura familiar em áreas do campo e ilhas;

- Adquirir os produtos para a merenda escolar da agricultura familiar, com intuito de estimular a produção do pequeno agricultor local;
- Incentivo para o desenvolvimento da atividade de fabricação de artesanato;
- Incentivo à criação de cooperativas e auto-organização dos/as trabalhadores/as em empresas coletivas de caráter solidário e cooperativo;

.2.14- O Direitos à Saúde é uma Questão de Prevenção

A persistência do uso desta definição é reforçada pela ampla difusão da definição de saúde da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, o Sistema Único de Saúde - SUS é capaz de dar conta das ações de saúde tanto no âmbito da atenção primária e da promoção da saúde como nas ações curativas e necessárias à reabilitação (níveis secundário e terciário da atenção em saúde). Dessa forma não há motivo para que a saúde em Ananindeua seja debilitada. Nesse sentido, reestruturaremos o serviço de saúde municipal através de correta aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde

A gestão dos serviços de Saúde estará rigorosamente de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, apoiando-se no modelo assistencial que valoriza a prevenção e a promoção da saúde, a integralidade e a intersetorialidade das ações, na perspectiva de romper com o modelo hegemônico centrado na doença, subordinado aos interesses privados da indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos, descolado das necessidades da população. Nosso município terá, portanto, um modelo centrado no direito e não na produção e acesso de procedimentos e serviços, garantindo a participação dos usuários no processo de promoção, prevenção e recuperação. A Atenção Primária será seu eixo estruturante e toda a rede de saúde funcionará a partir da lógica da Estratégia Saúde da Família.

Sua diferença ao modelo tradicional de organização da atenção básica se dá pelo modo com o qual a saúde da família opera, ou seja, pela forma: 1) como planeja e realiza suas ações de saúde; 2) em que se insere e se vincula a uma comunidade adscrita; 3) como lida com as diferentes necessidades e

demandas (individuais e coletivas); 4) como acolhe, vigia e cuida dos cidadãos; 5) se antecipa ao aparecimento dos agravos da saúde, lidando com as questões socioambientais e familiares; 6) interage e fomenta o desenvolvimento comunitário e 7) estimula e pauta toda sua atividade na realidade local, por meio da participação popular e do controle social. Para tanto propomos:

- Implantar mais PSF (Programa Saúde da Família), na cidade e no campo, chegando ao número mínimo exigido pelo Ministério da Saúde, implementando também o Programa Médico da Família;
- Implantar um núcleo de educação permanente em saúde (Formação continuada em serviço);
- Construir sedes próprias para as unidades de saúde;
- Garantir a estrutura das Unidades de saúde, com materiais e insumos de boa qualidade e oferta de medicamentos;
- Criação de um Centro de Atendimento e Triagem;
- Realizar concurso público para profissionais de saúde, especialmente para as áreas ainda inexistentes no município;
- Valorizar os profissionais da saúde;
- Fazer descentralização da realização da triagem neonatal;
- Construir um Centro Especial de Odontologia – CEO, bem como levar a saúde bucal às escolas
- Implantar dois centros laboratoriais e de convivência;
- Informatizar todas as unidades de saúde;
- Construir o Hospital de Pronto Socorro Municipal;
- Construir o Centro Materno Infantil e de Atenção à saúde das Mulheres;

2.15- Cultura, Esporte e Lazer: todos(as) têm direito.

Ananindeua, como toda cidade metropolitana, deveria ter em sua história e no presente, talentos artísticos no seu povo, fortes raízes socioculturais. Contudo há uma sombra que encobre este patrimônio cultural que se expressa quando seus talentos procuram espaços na capital para expressarem as mais diversas linguagens artísticas.

Em nosso governo, o esporte e o lazer serão tratados como direitos de cidadania e política pública. Serão estimulados e fortalecidos os modos esportivos escolar, comunitário, amador e de alto-rendimento, nas principais categorias esportivas, diretamente ou através de convênios com as federações estaduais e clubes amadores locais. Será executada uma política de divulgação e promoção de tais categorias de forma descentralizada para alcançar os bairros periféricos e ilhas do município, facilitar a interação das comunidades e melhorar o convívio entre as famílias e pessoas, inclusive como para dos esforços municipais para desenvolver uma cultura de paz. A política municipal de cultura do governo do PSOL deve ser baseada no respeito à diversidade de manifestações e à pluralidade estética reconhecendo-as como elementos essenciais para o desenvolvimento social.

As práticas culturais serão valorizadas através do apoio aos verdadeiros produtores de todas as vertentes de cultura, como também no trato cuidadoso com o patrimônio material e imaterial do município com ações concretas voltadas para o investimento em espaços públicos para a cultura. Será viabilizada a participação de todos os produtores e movimento culturais nos processos de formulação e gestão nas políticas voltadas à garantia dos direitos culturais, fortalecimento das memórias históricas e coletivas e construção da identidade cultural de nosso município.

Até hoje, encontramos pessoas que se destacaram e se destacam na música, na literatura, nas artes cênicas, nas artes plásticas e no esporte. Portanto, mais do que projetos sociais de lazer, esporte e cultura, políticas públicas voltadas para esta área devem ocupar um importante espaço na agenda pública, de todo e qualquer governo que vise o desenvolvimento humano de sua cidade. Ciente disso, nosso governo possibilitará o acesso de

todo e qualquer cidadão ananindeuense, sobretudo o da periferia, à cultura, ao esporte e ao lazer, uma vez que são direitos constituídos e um importante instrumento de inclusão social nesta cidade. Assim, propomos ações como:

- Construir o Teatro Municipal;
- Construir a Biblioteca Pública Municipal, com sede própria, informatizando-a e garantindo acesso à internet;
- Implementar a legislação de apoio e incentivo à cultura e ao esporte amador;
- Construir oito Espaços Esportivos e Culturais, com Ginásio, Palco e salas multifuncionais; (PAAR, Icuí, 40 horas, Jaderlândia, Guanabara, Águas Lindas, Aurá e Distrito Industrial)
- Construir e reformar quadras poliesportivas nos bairros da cidade;
- Incentivar as equipes desportivas nos bairros para disputar campeonatos intermunicipais;
- Fazer parcerias com clubes e associações para a implementação de Escolas de Esporte
- Incentivar a prática de Artes Marciais (Capoeira, Muay Thai, Katarê, Judô, Jiu Jitsu, Boxe, entre outras); aproveitando os mestres locais na sua instrução;
- Incentivar grupos municipais de arte com teatro, pintura e artesanato, nos bairros e nas escolas;
- Incentivar à criação de rádios e TV's comunitárias;
- Criar espaço folclórico para o concurso de quadrilhas juninas
- Realizar a bienal: Livros, poesia, canções, cinema, teatro;
- Construir praças com parques infantis;
- Realizar festivais da canção do estudante: Rock, forró, canções regionais ;
- Resgatar a cultura popular: bumba-meu-boi, banda da cidade de Ananindeua, dentre outros;

- Estabelecer juntamente com os produtores culturais e esportivos locais um calendário de eventos na cidade;
- Realizar a Corrida de Belém
- Incentivar a prática de atividade física, através do programa Saúde e Lazer, incentivar passeios ciclísticos e grupos de ginástica e *cross training*.

JUVENTUDE VIVA

A Prefeitura voltará sua atenção para a juventude, contribuindo para a construção de sua cidadania, considerando que é nesse período que as inquietações frente ao futuro ganham maior intensidade, adquirindo um caráter de urgência. Essa atenção contribuirá ainda para a construção de uma sociedade mais humana, fraterna e igualitária, uma vez que é na juventude que as pessoas estão mais abertas para o novo e para a transformação. Mas é essencial que as políticas municipais dêem conta da diversidade e heterogeneidade do mundo jovem uma vez que não existe uma juventude uniforme, mas sim várias juventudes.

- Ajudar na implementação dos Campus Universitários;

Diversidade humana, étnica e cultural - mulheres

O governo que o PSOL vai construir em Ananindeua reconhecerá e valorizará as múltiplas expressões da identidade do povo deste município e combaterá com firmeza toda forma de preconceito, tratamento discriminatório e intolerância contra qualquer dessas expressões da diversidade, interligando essas duas dimensões. Serão implementadas ações afirmativas nas diversas políticas públicas, visando à defesa dos direitos humanos, o respeito à diversidade dos sujeitos sociais e a igualdade de oportunidades para todos.

A mulher receberá atenção especial como forma de contribuir para a correção do tratamento desigual entre homens e mulheres, reconhecendo a diferença positiva; atenção que se traduzirá em ações afirmativas para que meninas, jovens e mulheres desenvolvam-se plenamente como seres sociais e profissionais. As propostas de políticas públicas de Educação, Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, Esporte, Cultura e Segurança Alimentar serão

voltadas para a plena promoção da cidadania, contemplando assim o conjunto de mulheres em situação de discriminação, opressão, pobreza e exploração.

Negras e negros

A população negra, que é maioria do povo brasileiro, continua vivendo a margem das oportunidades e exposta a violências profundas, sendo o Estado, o primeiro promotor do racismo. Em Ananindeua, a prefeitura enfrentará o racismo estrutural e institucional, promovendo um permanente incentivo à cultura da diversidade, do respeito e de valorização da raça negra e das etnias afro-descendentes, e dando combate ininterrupto ao preconceito, à discriminação e à violência que são praticados cotidianamente e sistematicamente contra a juventude negra. As políticas sociais- de saúde, educação e outras- deverão prever medidas diferenciadas em função de características étnicas observadas na população negra.

LGBT

Em Ananindeua, o segmento LGBT encontrará na prefeitura uma forte estrutura de apoio a sua luta contra todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero. Os serviços públicos municipais garantirão a igualdade de direitos para a população LGBT e a prerrogativa de transgêneros e travestis adorem nomes sociais, inclusive enquanto estudantes matriculados em unidades de sua rede escolar. O segmento será convidado a participar ativamente da elaboração das políticas públicas que objetivem combater o preconceito, garantir a igualdade e promover a sua inclusão, entendendo que essas políticas serão transversais aos diversos setores da administração municipal.

2.16 - Educação de Qualidade, Universalizada e Inclusiva

É lamentável constatar, mas existe o fato, desorganização existente na Secretária Municipal de Educação interfere diretamente na sala de aula. Nesse período de quatro anos a secretaria foi administrada com maior atenção aos mandos do prefeito Pioneiro e fruto da politicagem da prefeitura, um dos males

que combateremos, pois estamos cientes do mal que causa a administração do município que os atrelamento politiquero é maior que a sua capacidade de gerir educação de qualidade, universalizada e inclusiva e por consequência ao povo ainda temos um índices altos de analfabetos.

O recurso para a implementação das metas da educação municipal é proveniente do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, acrescido de 25% de verbas provenientes do município (Art. 69 da LDB Nº. 9.394/96). Diante disso, constata-se que o problema educacional de Ananindeua, não é proveniente da falta de recursos para geri-la e sim do descaso.

Hoje, segundo dados levantados pelo SINTEPP (2015) há servidores contratados para fazer a politicagem do governo. Além de descumprir a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (nº. 9394/96) e PCCR. Diante disso, estaremos voltados para corrigir estes erros, além de priorizar o ensino da educação infantil, como garantir que o professor tenha tempo hábil para planejar suas atividades o que não ocorre hoje, identificado como um dos principais problemas para a má formação dos (as) educandos. Para tanto propomos:

- Cumprir o que determina a LDB e o PCCR;
- Reformular o plano de cargos e salários do município, com vistas a incluir todos os trabalhadores em educação e garantir o pagamento da Gratificação de Nível Superior para o magistério;
- Convocar todos os concursados e realizar concurso público para todos os setores da educação;
- Construir Creches e ampliar o atendimento na educação infantil;
- Implementar a Gestão Democrática, com Eleições Diretas para direções de escolas, com fortalecimento e autonomia dos Conselhos Escolares;
- Reestruturar e adequar os prédios escolares especialmente os dos anos iniciais;

- Reduzir com vistas a superar a utilização de alugueis dos prédios escolares, construindo sedes próprias para as escolas;
- Construir e cobrir quadras poliesportivas em todas as escolas e melhorar as que existem;
- Construção de 10 escolas com tempo integral;
- Dar evidencia às metas do Plano Municipal de Educação, juntamente com os trabalhadores em educação e comunidade escolar;
- Instalar a biblioteca em todas as escolas (campo e cidade) com acervo atualizado;
- Seguir as diretrizes para a educação do campo/ilhas – com projetos específicos;
- Proporcionar uma educação ao estudante do campo que não o distancie de sua realidade.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O teor do presente documento foi fruto de diálogo com diversos atores sociais no município, apontando para um programa de governo que expresse os anseios e reivindicações populares de nosso município: que aponte os avanços democráticos e sociais possíveis na conjuntura que se abrirá com as eleições, zelando pela democracia direta, transparência administrativa, inversão de prioridades, e que discrimine as medidas práticas a serem executadas para garantir infraestrutura e políticas qualificadas de assistência social, saúde, educação, moradia, transporte e lazer de qualidade para todos, revertendo o processo de exclusão de largas parcelas do povo das condições para uma vida digna.

Ademais, a construção de um governo autenticamente popular requer uma base programática construída diretamente por organizações e lutadores que encarnem as aspirações e a disposição de luta do povo, primeira garantia de que estará em condições de enfrentar a intermediação privada dos serviços

públicos e as pressões e sabotagens dos grupos políticos conservadores. A inversão da lógica privatista historicamente impressa na administração pública depende de condições subjetivas construídas no processo de preparação dos partidos de esquerda e organizações populares às eleições, especialmente no esforço de elaboração de seu programa de governo.

Então, a elaboração de nosso programa de governo não apenas depende como deve ser um estímulo à auto-organização a partir dos bairros, locais de trabalho e de estudo e espaços culturais e de convivência dos lutadores sociais; espaços cruciais para fazer o diagnóstico dos problemas e mobilizar a força coletiva para resolvê-los. Razão pela qual seu desenvolvimento envolverá necessariamente militantes, ativistas, cidadãos e cidadãs comuns e setores da intelectualidade, através de reuniões presenciais e contribuições escritas que sistematizem sugestões para qualquer das áreas de atividade referidas no presente documento, conforme orientações de nossa frente e da coordenação de nossa futura campanha eleitoral.

Ananindeua, 05 de Agosto de 2016

Aprovado na Convenção Municipal do Psol

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Beto Andrade

Léo Barata

